

# FORMAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS

## A última experiência de Paulo Freire

*Moacir Gadotti*<sup>1</sup>

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida, comprometem o seu processo de alfabetização. Falamos de "jovens e adultos" referindo-nos à "educação de adultos", porque aqueles que freqüentam os programas de educação de adultos, são majoritariamente os jovens trabalhadores.

O analfabetismo é a expressão da pobreza, conseqüência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo setorialmente sem combater suas causas. É preciso partir do conhecimento das condições de vida do analfabeto, sejam elas as **condições objetivas**, como o salário, o emprego, a moradia, sejam as **condições subjetivas**, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura. Conhecendo-as na convivência com ele e não apenas "teoricamente". Não pode ser um conhecimento apenas intelectual, formal. O sucesso de um programa de educação de pessoas jovens e adultos é facilitado quando o educador é do próprio meio.

Um programa de alfabetização de pessoas jovens e adultas, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na **qualidade de vida** da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas **premissas**, sobretudo na formação do educador. O analfabetismo não é doença ou "erva daninha", como se costumava dizer. É a **negação de um direito** ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política.

Quem é o educador de jovens e adultos?

Já dissemos que, sendo o educador do próprio meio, facilita muito a educação de jovens e adultos. Contudo, nem sempre isso é possível. É preciso formar educadores provenientes de outros meios não apenas geográficos, mas também sociais. Todavia, no mínimo, esses educadores precisam respeitar as **condições culturais** do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular. Ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos tem sentido.

Não se pode medir a qualidade da educação de adultos pelos palmos de saber sistematizado que foram assimilados pelos alunos. Ela deve ser medida pela

---

<sup>1</sup> **Moacir Gadotti**, Professor titular da Universidade de São Paulo, Diretor do Instituto Paulo Freire e autor, entre outras obras, de: *Convite à leitura de Paulo Freire* (Scipione, 1988: Português, Espanhol, Inglês, Japonês e Italiano), *Pedagogia da práxis* (Cortez, 1994: Português, Espanhol e Inglês) e *Um legado de esperança* (Cortez, 2001), sobre a obra de Paulo Freire. Seu livro *Paulo Freire: uma biobibliografia*, com mais de 780 páginas, é o trabalho mais completo disponível sobre a vida e a obra de Paulo Freire. Foi um dos coordenadores do MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e de Adultos do Município de São Paulo), 1989-1993. Organizou a publicação de um livro sobre o tema com o título *Educação de jovens e adultos: a experiência do MOVA-SP* editado pelo Instituto Paulo Freire.

possibilidade que os dominados tiveram de manifestar seu ponto de vista e pela solidariedade que tiver criado entre eles. Daí a importância da organização coletiva. É preciso criar o interesse e o entusiasmo pela participação: o educador popular é um **animador cultural**, um articulador, um organizador, um intelectual (no sentido gramsciano). O educador popular não pode ser nem ingênuo e nem espontaneísta. O espontaneísmo - princípio que consiste em ficar esperando que a mudança venha de cima, sem esforço, sem disciplina, sem trabalho - é sempre conservador. O educador popular, no contato direto com a cultura popular, descobrirá rapidamente a diferença entre espontaneísmo e a espontaneidade que é uma característica positiva da mentalidade popular.

Construímos o futuro a partir de um lugar, isto quer dizer que é a partir de uma referência **local** que é possível pensar o **nacional**, o **regional**, o **internacional** e o **global**. Nós, latino-americanos temos uma longa experiência de regimes autoritários tentando impor uma "identidade nacional", sem levar em conta a mentalidade popular, muitas vezes baseando-se em pressupostos autoritários como o conceito de "segurança nacional". Conhecemos o mundo, primeiro através dos nossos pais, através do nosso círculo imediato e só depois é que, progressivamente, alargamos nosso universo. O bairro, e logo em seguida, a cidade, são os principais meios educativos de que dispomos. A **cidade** é a nossa primeira instância educativa. É ela que nos insere num país e num mundo em constante evolução, um mundo que hoje se globalizou. Por isso, a leitura do mundo é hoje uma leitura do mundo globalizado.

Não se trata de negar o acesso à **cultural geral** elaborada, que se constitui num importante instrumento de luta para as minorias. Trata-se de não desprezar e, sobretudo, não matar a cultura primeira do aluno. Trata-se de incorporar uma abordagem do ensino/aprendizagem que se baseia em valores e crenças democráticas e procura fortalecer o pluralismo cultural num mundo cada vez mais interdependente. Por isso que a educação de adultos deve ser sempre uma **educação multicultural**, uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração na **diversidade cultural**. É uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação. A filosofia primeira na qual o educador de jovens e adultos precisa ser formado, é a filosofia do diálogo. E o **pluralismo** é também uma filosofia do diálogo.

Foi isso que buscamos fazer na gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no governo de Luíza Erundina (1989-1992) com a experiência do **MOVA-SP** (Movimento de Alfabetização de Jovens e de Adultos da Cidade de São Paulo). Esse programa foi a última experiência de Paulo Freire com a educação de pessoas adultas.

O Programa MOVA-SP foi lançado dia 29 de outubro de 1989, na Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação massiva de Movimentos Populares da Cidade de São Paulo. Os Movimentos Populares aos quais Paulo Freire referiu-se no lançamento do Programa MOVA-SP surgiram muitas vezes em função da ausência do Estado no provimento da educação de jovens e adultos. Com a gestão de Luíza Erundina, eles se encontravam diante de uma administração que mostrava vontade política de enfrentar esse desafio. Colocaram, então, a experiência deles a serviço do governo municipal, sem com ele se confundir.

A partir da confluência entre a vontade política do Município e os interesses dos Movimentos Populares oficializou-se, através do decreto nº 28.302 de 21 de novembro de 1989, a parceria entre governo e representantes da sociedade, buscando assim, num esforço conjunto, contribuir para a superação do grave problema do analfabetismo em nosso país.

O MOVA-SP reunia **três condições básicas** para que um programa de educação de jovens e adultos pudesse ter êxito:

- a) vontade política da administração;
- b) empenho e organização dos Movimentos sociais e populares e
- c) o apoio da sociedade.

Ele se propunha a se constituir numa arrancada inicial na luta por um programa de escolarização básica de jovens e adultos, incorporando-se à luta geral pela escola pública e popular. Os seus idealizadores, entre eles Pedro Pontual, entendiam que o MOVA-SP deveria possibilitar o prosseguimento dos estudos em nível de pós-alfabetização, isto é, do ensino fundamental. Não se tratava apenas de alfabetizar, mas de garantir o direito à escolarização básica formal - principal reivindicação dos participantes do *I Congresso dos Alfabetizados da Cidade de São Paulo*, no final de 1990. Nesse sentido, em 1991, para facilitar a expedição de atestados para o ingresso dos alunos na 5ª série do ensino fundamental ou na Suplência II, instituiu-se no MOVA-SP o “Ciclo Ensino Fundamental I”, um programa de **pós-alfabetização interdisciplinar**.

Os núcleos de alfabetização e pós-alfabetização do MOVA-SP foram sediados em equipamentos da própria comunidade e concebidos como focos aglutinadores e irradiadores da cultura local que incluía a história do próprio movimento popular da região, procurando ler, dessa maneira, a sua realidade de forma crítica. Através desse processo de tomada de consciência de sua realidade, de apropriação e criação de conhecimentos novos, os alfabetizados teriam acesso, sistemática e progressivamente, a conhecimentos cada vez mais elaborados, constituindo-se, assim, em sujeitos da ação transformadora da sua própria realidade.

A maioria dos **professores** (ou monitores) do MOVA-SP pertencia à própria comunidade onde atuavam. Eles estavam comprometidos com as lutas que aí se desenvolviam e eram capacitados através de cursos de formação promovidos pela Secretaria. Já os **supervisores** do programa eram escolhidos dentre os professores que recebiam formação científica.

Com o propósito de assegurar uma relação de parceria bem sucedida entre a prefeitura e os Movimentos Populares, criou-se o **Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Adultos da Cidade de São Paulo**. A idéia de sua criação surgiu no início de 1989 a partir de reuniões conjuntas entre a Secretaria e os grupos compostos por membros dos movimentos e por educadores comprometidos com a alfabetização de jovens e adultos de São Paulo. Esses grupos já desenvolviam iniciativas isoladas para alcançar melhor desempenho na realização de seus trabalhos. Com a criação do Fórum, puderam unificar suas experiências e ampliá-las, tendo em vista o compromisso daquela administração com as causas populares. A partir de sua criação, ele passou a se reunir mensalmente para debater o andamento do projeto.

O programa MOVA-SP ousou trilhar um caminho novo: criar uma **nova metodologia**. Foram realizados nos 4 anos de sua existência (1989-1993) cerca de 20 cursos introdutórios de formação para monitores e supervisores, 75 reuniões de supervisão que se constituíam em **formação permanente** dos professores e 6 seminários gerais e regionais. Em 1990 foi realizado o **I Congresso de Alfabetizados da Cidade de São Paulo** do qual participaram mais de 5000 educandos e educadores. Na parceria com os Movimentos Sociais, a Prefeitura apoiou o programa com recursos financeiros e materiais. A meta - parcialmente alcançada - era até 1992 alfabetizar 60 mil pessoas.

O Programa MOVA-SP serviu de referência para outras experiências e se constituiu num processo muito significativo de formação para todos os que o

promoveram. A avaliação realizada mostrou que ele trouxe ganhos relevantes para a formação dos educadores, dos educandos e dos movimentos sociais e populares.

O MOVA-SP, **herdeiro da tradição do movimento de educação popular**, conseguiu a façanha de reunir uma centena de movimentos populares que até então trabalhavam isoladamente e construiu uma forma particular de parceria entre Estado e Sociedade Civil, não apenas administrativo-financeira, mas também político-pedagógica. O processo de construção foi fundado em valores democráticos que resultou no aprofundamento de uma nova cultura política para a qual a educação é um instrumento fundamental. O grande saldo que ficou do MOVA-SP foi a experiência de **articulação dos Movimentos Populares**, constituídos hoje num novo e importante ator social na cidade de São Paulo.

O exemplo de Paulo Freire foi seguido e continua dando frutos em numerosos municípios, associando poder público, terceiro setor e setor privado. O **Instituto Paulo Freire** de São Paulo foi uma das instituições que deu continuidade ao MOVA-SP, com um grupo dos seus principais dirigentes. Hoje o IPF tem um programa de formação inicial e continuada de educadores de jovens e adultos a partir de uma metodologia fundamentada nos princípios da filosofia educacional de Paulo Freire e continuando o trabalho do MOVA-SP em parcerias principalmente com os Municípios que priorizam a educação de jovens e adultos.

Continuamos insistindo que o Estado precisa ser o principal articulador das políticas públicas de educação e que o ensino fundamental é um **direito** constitucional, não devendo, pois, ser transformado em simples **serviço** a ser prestado por empresas privadas. Mas insistimos também que o nosso atraso educacional não será superado sem a união de forças para instituir a educação realmente como prioridade. A participação da sociedade civil neste setor tem sido muito importante.

Em que bases essas **parcerias** deveriam ser feitas?

Paulo Freire não impôs nenhuma condição, nem a sua tão conhecida metodologia. Todavia, na visão de Paulo Freire essas parcerias deveriam orientar-se pelo **paradigma da educação popular** do qual ele foi um dos grandes inspiradores. Entre as intuições fundamentais deste paradigma podemos destacar:

- a) a educação como produção e não meramente como transmissão do conhecimento;
- b) a defesa de uma educação para a liberdade, pré-condição da vida democrática;
- c) a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização que surge também ao estabelecer hierarquias rígidas entre o professor que sabe (e por isso ensina) e o aluno que tem que aprender (e por isso estuda);
- d) a defesa da educação como um ato de diálogo no descobrimento rigoroso, porém, por sua vez, imaginativo, da razão de ser das coisas;
- e) a noção de uma ciência aberta às necessidades populares e
- f) um planejamento comunitário e participativo.

A qualidade em educação de jovens e de adultos deve ser medida pelo atendimento às suas necessidades educacionais e culturais. Não se trata de “repassar” para eles um saber já cristalizado e elitista. Trata-se de construir junto com eles um novo saber, realmente libertador e significativo para o projeto de vida de cada um dos educandos-educadores.